CAPÍTULO 15

SEMEANDO AGROECOLOGIA E COLHENDO NUTRIÇÃO: RUMO AO *BEM* E *BOM COMER*

Rubia Carla Formighieri Giordani[1]
Islandia Bezerra[2]
Mônica de Caldas Rosa dos Anjos[3]

1 INTRODUÇÃO

A proposta deste capítulo é trazer elementos reflexivos e analíticos sobre como a agroecologia pode ser capaz de impulsionar novos significados ao ato de se alimentar e nutrir. Parte-se do pressuposto de que o tema da agroecologia vem ganhando destaque no contexto social e político, sobretudo considerando-se a implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), que, por sua vez, se fundamenta nos princípios da promoção da segurança alimentar e nutricional (SAN) e do direito humano à alimentação adequada (DHAA).[4] De forma incisiva, adentram (e caminham juntas) na perspectiva da promoção da SAN e do DHAA outras iniciativas de ação pública, tais como a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo),[5] institucionalizada em 2012 e materializada através do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo).

A conexão (necessária) torna-se explícita na redação do inciso II do art. 3º da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – cuja sanção ocorre mediante o Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 –, em que "a promoção do abastecimento e da estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica", é considerada "como eixo fundamental para a promoção da SAN e do DHAA".

---

1. Professora adjunta do Departamento de Nutrição da Universidade Federal do Paraná (UFPR).
2. Professora adjunta do Departamento de Nutrição da UFPR.
3. Professora adjunta do Departamento de Nutrição da UFPR.

4. Os marcos jurídicos internacionais reconhecem o direito de todos à alimentação adequada e o direito fundamental de toda pessoa de estar livre da fome como pré-requisitos para realização de outros direitos humanos. A incorporação do DHAA nas várias estratégias capazes de promover o desenvolvimento social sob a ótica da SAN é um caminho eficaz para reverter essa situação. No início do ano de 2010, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 047/2003, que inclui a alimentação entre os direitos sociais da Constituição Federal (CF) de 1988, foi aprovada por unanimidade, em segundo turno, pelo plenário da Câmara dos Deputados.

5. Sua sanção ocorreu pelo Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, e tem como objetivo propiciar à população a melhoria da qualidade de vida por meio da oferta de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais.

As escolhas pautadas no produzir e consumir alimentos estão radicadas na sociedade. Dessa forma, não se podem descartar as diversas influências, sejam estas concebidas, determinadas e/ou construídas socialmente. Concepções e visões de mundo localizadas no tempo e no espaço, heranças culturais, conhecimentos locais, além das iniciativas oriundas dos movimentos organizados que têm questionado o modelo neoliberal estão na gênese dos sistemas agroecológicos (Giraldo e Rosset, 2016). São manifestações de resiliências alicerçadas nos sistemas de conhecimento local de comunidades tradicionais e do campesinato latino-americano em geral, a partir de toda a sua diversidade. São, ainda, resistências ao discurso hegemônico que apregoa uma normatização e homogeneização das diversas esferas da vida e que conclamam, diante da crise alimentar e climática, por novos paradigmas na produção e no consumo de alimentos.

Associa-se, assim, a agroecologia às novas relações com a natureza, e não mais a sua exploração e expropriação, que, ao longo dos anos, têm sustentado o avanço do capitalismo. A produção do alimento agroecológico aciona diferentes redes de sentido, como a integração e a dependência com o espaço; e o conceito ampliado de saúde, que envolve um bem-estar que se completa na tomada de consciência em relação à necessidade de integração sociedade-natureza. São discussões em que o alimento é referido como comida de verdade, potencialmente produtiva de significados que extrapolam a função biológica e nutricional. É nessa perspectiva que se trazem o conceito do *bem viver* e seus desdobramentos imediatos, como o *bem e bom comer*.

Este capítulo se propõe a discutir, mediante uma revisão da literatura, como a agroecologia pode culminar em processos de ressignificação do alimento: o que se come, como se come, por que se come e com quem se come. O texto está dividido em seções com o propósito de se construir uma reflexão que parte de uma crítica ao modelo de produção, circulação e consumo de alimentos, argumentando-se ser esse gerador e produtor de relações com a natureza pautadas por uma visão utilitária e de expropriação. Isso se dá a partir da premissa de uma separação entre a sociedade – enquanto conjunto de seres humanos – e a natureza, em que a esta última cumpre o papel de fornecedora sem limites de recursos para o desenvolvimento econômico e social.

Essa visão emite um discurso que se traduz em sistemas de conhecimento, subjetividades e práticas na alimentação contemporânea permeadas pela mercantilização do alimento, cuja produção em larga escala denota uma relação artificial e mediada pelo capital, resultando, assim, em um consumo de produtos alimentícios criados (e, às vezes, forjados) pelo segmento da agroindústria alimentar a partir de matérias-primas oriundas de uma produção agrícola baseada em monocultivos – essencialmente, milho, soja e trigo – com elevado uso de agrotóxicos, por sua vez,

fortalecidos pela utilização de organismos geneticamente modificados (OGMs), cujas alterações biológicas seguem um discurso do aumento necessário da produtividade com o propósito de viabilizar a redução da fome no mundo.

Discurso esse que também se materializa na criação de "necessidades" de consumo (Barber, 2009) de produtos processados e ultraprocessados, artificializados e barateados a partir de aditivos e coadjuvantes tecnológicos, distanciando-se do entendimento de saúde humana e do que seria uma comida autêntica e saudável, referenciada culturalmente, provocando novos arranjos nas formas contemporâneas de comer.

Trata-se de um sistema alimentar que manipula as escolhas, as decisões e as compreensões de mundo com vistas a manter o *status quo*; que, por meio de alienação e criação de mecanismos de dependência, controla e suprime a participação ampliada de grupos e segmentos sociais não hegemônicos no processo de produção, circulação e consumo de alimentos, impedindo esses sujeitos de se assumirem como protagonistas de suas histórias. Trazendo Paulo Freire (2009a; 2009b) para o diálogo, desvelar as opressões que "coisificam homens e mulheres" torna-se necessário, na medida em que se faz também urgente a superação da situação-limite,[6] de modo a provocar a re-ad-miração da ad-miração anterior. No contexto aqui debatido, da alimentação voltada ao *bem* e *bom comer*; isso significa a busca de elementos que possibilitem compreender "como", "por quê", "para quê" e "para quem" ocorre inclusão e exclusão de sujeitos dos processos de produção e consumo de alimentos. É nesse sentido que a agroecologia, ao oportunizar uma permanente análise crítica da realidade, torna possível sua transformação e a do sujeito social, promovendo um olhar para alimentação que transcende o meramente biológico e nutricional.

Por fim, algumas evidências empíricas trazem uma contribuição importante para se pensar nas estratégias que podem ser utilizadas tanto pelo Estado – no que diz respeito à criação e implementação de políticas públicas – quanto pela sociedade civil no complexo percurso de mudança social, especialmente quando esse envolve aspectos relacionados à alimentação.

6. Para Freire (2008, p. 34), "situações-limite implicam a existência de pessoas que são servidas direta ou indiretamente por estas situações, e outras para as quais elas possuem um caráter negativo e domesticado. Quando estas últimas percebem tais situações como a fronteira entre ser e ser mais humano, melhor que a fronteira entre ser e não ser, começam a atuar de maneira mais e mais crítica para alcançar o 'possível não experimentado' contido nesta percepção. Por outra parte, aqueles que são servidos pela situação-limite atual veem o possível não experimentado como uma situação-limite ameaçadora, que deve ser impedida de realizar-se, e atuam para manter o '*status quo*'".

2 A NATUREZA, AS POLÍTICAS DA VIDA E O ORDENAMENTO DA RELAÇÃO ENTRE O SER HUMANO E O ALIMENTO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

A separação da relação integrada da sociedade-natureza, bem como a racionalidade técnica e instrumental com a apropriação da natureza pelo ser humano, constitui o modelo paradigmático de desenvolvimento nas sociedades industriais. Ao processo de acumulação do capital subjazem lógicas sociais, científicas e político-econômicas voltadas para o uso e a expropriação da natureza. Esse modelo de desenvolvimento, pautado em uma visão antropocêntrica, fundamentada essencialmente nas necessidades do capital, tem se mostrado insustentável do ponto de vista energético, climático e alimentar, predatório da biodiversidade e socialmente injusto, já que está pautado apenas na reprodução contínua de um sistema de acumulação excludente (Breilh, 2016; Delgado *et al.*, 2016).

Os espaços naturais tornam-se cenários para a intervenção do capital, manifestada pelo domínio hegemônico e concentrado de recursos e tecnologias produtivas. Ou seja, uma gestão sobre o planeta por meio de forças econômicas, simbólicas e científicas que atravessam Estados e fronteiras culturais, disseminando o paradigma civilizatório ocidental. Racionalizam-se o tempo e a forma de ocupação dos territórios (no campo e nas cidades), capitalizando-os até serem invadidas e dominadas sutilmente outras esferas da vida humana relevantes a esse sistema, como a saúde e a alimentação (Valencia e Tobar, 2006).

Assinale-se que esse governo sobre a vida está radicado no corpo, porque aí se manifesta e se produz a dominação da vida (Foucault, 1996), sustentando e sendo sustentado pelo sistema. A biopolítica

> se constitui em elemento consubstancial e funcional ao desenvolvimento do capitalismo, que vinculou e vincula corpos disciplinados aos processos de produção e igualmente insere e condiciona a população aos "vai e vem" da economia global, desenhando assim mesmo, uma subjetividade concreta e um tipo de corporeidade cidadã de determinado tipo (Valencia e Tobar, 2006, p. 11, tradução nossa).[7]

Valencia (2006) reflete, ainda, que o biopoder expressa dispositivos de captura e controle que se manifestam em uma subjetividade alinhada às necessidades do capital. Ainda segundo o mesmo autor, esses mecanismos são afiançados pelas instituições socioculturais em nossa sociedade, as quais são marcadamente representadas pelas organizações sociais voltadas à formação científica e técnica, às instâncias de padronização e controle sanitário do sistema agroalimentar e às legislações e aos

7. No original: *"se constituye en elemento consustancial y funcional al desarollo del capitalismo, que vinculó y vincula los cuerpos disciplinados a los procesos de producción e igualmente inserta lo concerniente a la población a los vaivenes de la economia global, diseñando asimismo, una subjetividad concreta y un tipo de corporeidad ciudadana de determinado tipo".*

tratados comerciais, assim como também às políticas voltadas às populações nas áreas da saúde, da urbanização e da segurança. Esse complexo sistema normatizador envolve dispositivos disciplinares que abarcam processos globais "onde a cultura, a política e a economia, entre outros, são centrais nos procesos de intervenção, permitindo a coordenação geo e biopolítica das dinámicas globais dominantes" (Valencia, 2006, p. 29, tradução nossa).[8]

Diversas dimensões da vida humana são afetadas e progressivamente ajustadas a esse ordenamento global. Os modos de vida, a urbanização intensificada e todos os ajustes necessários no campo alimentar, bem como as práticas corporais, são moldados a partir das necessidades de homogeneização da vida para a consolidação de formações sociais determinadas e condizentes com o capitalismo mundial integrado (Guattari, 1986; Valencia, 2006).

O modelo de produção de alimentos implantado progressivamente após a chamada Revolução Verde[9] esteve concatenado com o desenvolvimento de um poderoso processo global de industrialização dos alimentos e uma cadeia de distribuição altamente concentrada e especializada (Machado, Oliveira e Mendes, 2016; Gomes Júnior, Salles Pinto e Leda, 2016). Disseminar modelos homogêneos de consumo compostos por produtos alimentícios desenvolvidos industrialmente esteve – e está – ligado diretamente à adoção de estilos e modos de vida específicos, que demandavam maneiras de ajustes na experiência do corpo na cidade, a adoção de sistemas de apreciação e julgamentos ordenadores de determinadas práticas sociais (Bourdieu, 1983). No campo da alimentação (não só, mas especialmente nos centros urbanos), o avanço vigoroso da indústria alimentícia "coloca à disposição" produtos que atendem às "necessidades" do comensal citadino e solitário, com itens alimentares quase sempre já finalizados e ajustados ao consumo imediato, visto que o tempo para comensalidade é considerado um tempo "perdido" ou "inexistente", já que este foi ressignificado e mercantilizado (Carneiro, 2005; Brandemburg, Bezerra e Giordani, 2016). Nota-se, no entanto, que essas necessidades são constantemente recriadas e ajustadas *ao* e *pelo* próprio sistema para sua manutenção, seu fortalecimento e sua expansão.

Esse novo sistema alimentar – de proporções transculturais e intercontinentais, em que o alimento assume a condição de mercadoria – compreende como estratégia de disseminação e massificação de consumo o emprego de ferramentas

8. No original: "*donde la cultura, la política y, entre otros, la economia son epicentros de intervención, permitiendo la coordinación geo y biopolítica de las dinámicas globales dominantes*".

9. Sobre a Revolução Verde, Bezerra (2010) cita que essa proporcionou o aumento da produção, deixando ao lado do seu aparente sucesso um rastro de destruição ambiental e uma profunda deterioração na qualidade dos alimentos disponíveis. Pedraza (2005), por sua vez, afirma que tais resultados, até hoje, colocam em risco a possibilidade de um desenvolvimento que traga consigo a sustentabilidade ambiental e contribua para minimizar a situação de fome/desnutrição imposta a uma parcela considerável da população, vez que a riqueza resultante desse "desenvolvimento agrícola" concentra-se nas mãos de uma minoria.

de *marketing*, linguagem simbólica e uso de imagens e de valores que persuadem o comensal urbano e estimulam o excesso e a individualização no consumo, em um processo que tende a desumanizar o ato alimentar, como aquele presente nos restaurantes de comida rápida (Ritzer, 1996).

O alimento cooptado e subjetivado pelas relações do *business* funciona para a difusão de determinadas práticas. São itens adaptados a uma realidade funcional, ofertados e vendidos como apropriados às estreitas relações tempo-espaço; são produtos processados e ultraprocessados elaborados a partir de processos tecnológicos e componentes industriais ligados ao consumo em ambientes geradores de doenças que substituem gradativamente os alimentos preparados em casa com ingredientes frescos e saudáveis (Monteiro *et al.*, 2012; Monteiro *et al.*, 2013).

Na modernidade, prepondera estrategicamente uma funcionalidade nutricional por meio do discurso e da racionalização científica da experiência alimentar, acerca da qual Arnáiz (2007) reflete como sendo um "processo de normalização dietética, isto é, a construção de um padrão alimentar específico – a dieta equilibrada – com base nas restrições ou na promoção de consumo de certos alimentos e a prescrição de um conjunto de opções relacionadas de modo a estabelecê-lo" (Arnáiz, 2007, p. 236, tradução nossa).[10]

Ressalta-se que essa prescrição dietética se utiliza de modelos de representação e recomendações daquilo que é considerado saudável, de parâmetros higiênicos, de identidade e "qualidade" a partir de pautas da ciência ocidental que estão desconectados de sistemas de conhecimento locais, ancorados, por sua vez, em distintas cosmovisões de mundo e de relações com a natureza: "O avanço deste sistema inflige em um modelo de julgamento de valor ou matriz de apreciação cultural que no campo da alimentação, além de homogeneizar o gosto e o paladar, naturaliza as escolhas alimentares impostas por um processo de colonização do gosto". (Giordani, Fidelis e Bergamasco, 2016, p. 20, tradução nossa).[11]

3 OUTRAS REFERÊNCIAS CIVILIZATÓRIAS: O *BEM* E *BOM COMER* A PARTIR DA AGROECOLOGIA

Concomitantemente às transformações nas várias dimensões da vida no planeta que se mostram inevitáveis – sinalizando ameaças concretas nos tecidos da vida biológica e social –, surgem movimentos de resistência ao discurso e às práticas hegemônicas; e reaparecem os espaços de resiliência, oriundos de outras filosofias

10. No original: "*proceso de normalización dietética, esto es, la construcción de um patrón alimentario especifico – la dieta equilibrada – con base en la restricción o promoción del consumo de ciertos alimentos y la prescripción de un conjunto de disposiciones relacionadas com el modo de establecerlo*.

11. No original: "*El avance de este sistema inflige un modelo de juzgamiento de valor o matriz de apreciación cultural que en el campo de la alimentación, además de homogeneizar el gusto y el paladar, naturaliza las elecciones alimentares impuestas por un proceso de colonización del gusto*".

de vida, como que arejando as expectativas em relação ao futuro e inspirando outras possibilidades de viver (Sousa Santos, 2002b). Para avançar, no entanto, faz-se necessário ampliar a compreensão sobre o mundo, o que só é possível quando se expandem os horizontes para além da racionalidade ocidental, 'deixando' ser percebidos e compreendidos outros conhecimentos e práticas sociais que fogem aos parâmetros de diagnóstico e cálculo da ciência ocidental e do pensamento dominante (Sousa Santos, 2002a).

Essa é uma atitude contrária ao desperdício resultante das experiências fundadas e geradas na diversidade de realidades sociais e culturais e que manifesta a reinvenção da emancipação social (Sousa Santos, 2005); uma atitude que visa dilatar o presente, multiplicando olhares e ampliando a percepção, permitindo, dessa forma, vislumbrar alternativas à estandartização do futuro de todas as sociedades, apesar de suas diferenças internas (Sousa Santos, 2002b; Valencia e Tobar, 2006).

A América Latina, em sua sociobiodiversidade e hibridismo cultural, abriga outras formas de pensamento, sendo uma característica da grande maioria de povos originários do continente a não separação entre natureza e cultura. Essa visão holística da natureza está presente nos seus sistemas produtivos, em que a agricultura, por exemplo, não representa somente meios com a finalidade de produzir alimentos, mas igualmente manifesta a produção de relações com a natureza e a supranatureza, além de sentidos particulares de existência (Giordani, 2015).

Assim, a agroecologia "agrupa o conjunto de práticas construídas pelos povos nos seus processos milenares de transformação ecossistêmicas" (Giraldo e Rosset, 2016, p. 20, tradução nossa).[12] Sua emergência e o engajamento pelos movimentos sociais camponeses e indígenas latino-americanos, bem como sua ressignificação acadêmica, representam uma herança de experiências a partir de cosmovisões, sistemas de conhecimento e de todo um conjunto de práticas sociais desconhecidas pela ciência ocidental. Conforme pontuam Altieri e Nicholls (2016, p. 96), "durante séculos as agriculturas de muitos países latino-americanos se construíram a partir da exploração dos recursos locais, como terra, água, variedades locais e o conhecimento dos povos originários".[13]

Além de a agroecologia implicar uma profunda transformação na relação com o ambiente, ao envolver um sistema de produção que renova os significados dos elementos da natureza, a energia e as várias dimensões do sistema, acaba igualmente por produzir diversos outros sentidos acerca do alimento. Dessa maneira, a alimentação resgata e reflete uma ligação primordial do ser humano com a natureza

12. No original: "*agrupa el conjunto de prácticas construidas por los pueblos en sus procesos milenares de transformación ecosistémica*".

13. No original: "*Durante siglos las agriculturas de muchos países latinoamericanos se construyeron sobre los recursos locales de tierra, agua, las variedades locales y el conocimiento indígena*".

e sua posição genuína de dependência e cuidado para com o planeta – aciona redes de sentido, não restrita à sua função nutricional, sendo essa até mesmo dilatada pela noção do *bem* e *bom* comer.

O conceito de bem viver nasce na América Latina – *bien viver* ou *viver bien* –, especificamente a partir das bases culturais dos povos originários da América do Sul e dos movimentos indígenas no continente, como forte crítica ao processo liberal e civilizatório e como proposta alternativa ao modelo de desenvolvimento vigente (Vanhulst e Belling, 2013). Trata-se de um conceito em construção que recupera referências locais e se sustenta "por considerar a convivência do ser humano com a diversidade e a harmonia com a natureza, a partir do reconhecimento dos diversos valores culturais existentes" (Gudyna e Acosta, 2011, p. 103, tradução nossa).[14] São conceitos revolucionários que provocam rupturas nas conhecidas tradições ocidentais, na racionalidade da vida e na visão predominante das maneiras de viver nas sociedades industrializadas. O *bem viver* traz consigo concepções de bem-estar e saúde, que, por sua vez, são interdependentes com a alimentação humana e, portanto, próximas de uma noção de *bem* e *bom comer*.

A alimentação enquanto fenômeno biocultural se liga aos modos pelos quais a sociedade se concebe, se organiza e se reconhece (Lévi-Strauss, 2004). Envolve processos históricos e estruturais, bem como, ao mesmo tempo, cotidianos e de intimidade. Por meio dela, se faz e se refaz continuamente a condição de ser humano, interligando-se diretamente com modos de conceber a vida. Assim, o *bem viver* e o *bem* e *bom comer* despertam a necessidade de relativizar visões de mundo eurocêntricas, visto que práticas sociais como as alimentares adquirem seus significados particulares somente quando localizadas a partir de seus sistemas socioculturais específicos. A comida considerada boa necessariamente seguirá exigindo critérios diversos, podendo ser desde biológicos e químicos até ecológicos, energéticos, filosóficos, simbólicos ou espirituais; alimentos adequados seguem finalidades estritas, a depender do papel que o alimento adquire culturalmente, além de processos de identificação que remetem às concepções específicas de vida.

O *bem* e o *bom comer* emancipam a experiência alimentar das racionalidades científicas ocidentais e das relações mercantilizadas pelo sistema capitalista. Requer uma vida em sociedade que gere satisfação e plenitude, resgate a comensalidade, a partilha e o equilíbrio, permitindo experimentar saúde para além da dimensão biológica. Essa integração da sociedade com a natureza pela dimensão do cuidado pode redundar em novas formas de percepção daquilo que se come, percebendo-se que nessa relação se afetam, mutuamente, pessoas e todos os demais seres. Um

14. No original: "*en la convivencia del ser humano en diversidad y armonía con la naturaleza, a partir del reconocimiento de los diversos valores culturales existentes*".

bem cuidar que se reflete nas escolhas que são realizadas em relação aos modos de produção, de consumo e de socialização dos saberes e fazeres do *bem* e *bom comer.*

4 SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E AGROECOLOGIA COMO EXPRESSÃO DO *BEM* E *BOM* COMER

O movimento internacional da Via Campesina vem, ao longo dos últimos anos, garantindo um debate mundial sobre as ameaças cotidianas no campo da soberania alimentar. Ainda em 2001, no Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, realizado em Cuba, se concebeu uma primeira noção, sendo essa definida como "o direito de cada povo definir suas próprias políticas agropecuárias e em matéria de alimentação, a proteger e regulamentar a produção agropecuária nacional e mercados domésticos a fim de alcançar metas de desenvolvimento com sustentabilidade" (LVC, 2015). Martinez-Torres e Rosset (2016, p.112) aprofundam essa definição afirmando que

> a soberania alimentar é também a capacidade dos povos de decidir em que medida querem ser autossuficientes, é impedir que seus mercados sejam inundados por produtos excedentes de outros países, estes que por sua vez, se voltam ao mercado internacional mediante a prática de *dumping* (...) não nega o comércio internacional, mas especialmente defende a opção de formular aquelas políticas e práticas comerciais que melhor sirvam aos direitos da população a dispor de métodos, produtos e alimentos inócuos (seguros), nutritivos e ecologicamente sustentáves (Declaración sobre la Soberanía Alimentaria de los Pueblos).[15]

Já a noção de segurança alimentar e nutricional construída no Brasil (e que segue em construção) incorpora a soberania alimentar (Sobal) e o DHAA como princípios fundamentais e define aquela como sendo "(...) a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a uma alimentação saudável, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente", conforme cita o *Relatório da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional* (Consea, 2007, p. 7). Ainda de acordo com esse documento, para concretizar a SAN, devem-se considerar: *i)* práticas alimentares – que essas sejam promotoras da saúde e que sua materialidade não comprometa o acesso a outras necessidades essenciais; e *ii)* aspectos culturais – reiterando, assim, que se alimentar de forma adequada é um direito, considerando-se, sobretudo, o respeito às particularidades e características de cada região.

15. No original: "*la soberanía alimentaria también es decidir en qué medida los pueblos quieren ser auto-suficientes, a impedir que sus mercados se vean inundados por productos excedentarios de otros países que los vuelcan al mercado internacional mediante la práctica del 'dumping'... no niega el comercio internacional, más bien defiende la opción de formular aquellas políticas y prácticas comerciales que mejor sirvan a los derechos de la población a disponer de métodos y productos alimentarios inocuos, nutritivos y ecológicamente sustentables*".

Maluf (2016, p. 228, tradução nossa), por sua vez, pondera que

> os enfoques mais restritos da SAN e, principalmente, a perspectiva de fundá-la em dinâmicas mercantis privadas têm contribuído para contrapor a noção de SAN com a de soberania alimentar, a ponto de vários movimentos e organizações sociais sustentarem o abandono da primeira em favor da segunda.

Ao registrar esse movimento internacional de diferenciar SAN de Sobal, o autor cita que, no Brasil, tornou-se frequente o uso da expressão "soberania e segurança alimentar e nutricional" (SSAN), como o faz o Fórum Brasileiro pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) e o próprio Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Ainda para o autor, nesse percurso, tais movimentos e organizações consagraram "uma construção social que no caminho da redefinição da SAN incorporou a soberania e o direito, sem ignorar os conflitos em torno de noções que remetem a objetivos de políticas e ações públicas" (Maluf, 2016, p. 228).

Reiterando essa concepção, ao referenciar a SSAN, cita-se Bezerra (2010, p. 26), que ensaia uma definição conjunta, conforme exposto a seguir:

> o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o acesso regular e permanente a uma alimentação saudável, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, à luz do direito humano à alimentação adequada e saudável para toda a população. A Soberania e Segurança Alimentar (SSAN) deve ser pautada na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, além de ser totalmente baseada em práticas alimentares promotoras da saúde, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.

Em que pesem as limitações que essa junção possa representar, é importante ressaltar que ambas – Sobal e SAN – seguem em curso e em construção permanente. Porém, não se podem desconsiderar as dimensões alimentar (de produção, distribuição, comercialização e acesso aos alimentos) e nutricional (acesso e consumo em quantidade e qualidade que possa suprir as necessidades do organismo de modo a garantir o aproveitamento biológico dos nutrientes presentes nesses alimentos), bem como a magnitude do seu significado simbólico, cuja materialidade se dá mediante as práticas de produzir-transformar-comer. Comida essa que alimenta corpo, alma, espírito e mente.

A agroecologia, por sua vez, considera sobremaneira essas dimensões (alimentar e nutricional), mas também outras dimensões, já que incorpora, no seu desenho de ciência, práxis e movimento, práticas tradicionais de produção, processamento e consumo de alimentos que preservam a sociobiodiversidade e as dimensões sociais

e culturais, outra concepção de relação sociedade-natureza, entre outros elementos que a compõem.

Bezerra e Schneider (2012) ressaltam que SSAN tem como pano de fundo a adoção de um projeto político intersetorial que estimule produção, processamento, distribuição, comercialização e consumo de alimentos saudáveis e adequados, devendo resgatar e valorizar o patrimônio e os hábitos alimentares culturalmente referenciados, de maneira articulada e integrada com o desenvolvimento sustentável local.

Tomando, portanto, essa referência, pode-se dizer que a agroecologia se apresenta como estratégia capaz de potencializar as transformações necessárias no sistema agroalimentar – abarcando em potencial as dimensões múltiplas desse sistema – e, por conseguinte, convergir para processos de saúde culminados a partir de uma práxis em relação ao que se come, à maneira como foi produzido e como (e com quem) se come. É sob essa perspectiva que se insere a necessidade da continuidade da construção (e implementação) da Pnapo e do Planapo com vistas a viabilizar a SSAN.

O desafio para seguir nesse caminho de ressignificação do ato de se alimentar e de alimentar os demais se concretiza no cotidiano das pessoas (e nos espaços que elas ocupam). São inúmeros os fatores que agem como forças contrárias aos processos nos quais a agroecologia assume um papel protagonista; e sobre essa assertiva têm-se as definições, normas e leis que culminam na perpetuação de um modelo hegemônico que precisa ser enfrentado.

5 SUPERANDO AS PRESCRIÇÕES ALHEIAS: A AGROECOLOGIA COMO ESPERANÇA?

"Ninguém luta contra as forças que não compreende" (Freire, 2008, p. 46); da mesma forma, ninguém defende e se aproxima daquilo que desconhece, que não foi difundido ou socializado. A compreensão da realidade não está dada, nem finalizada, mas em constante transformação, não sendo possível se imobilizar perante a realidade, adaptando-se a essa (Anjos, 2014) e coisificando-se em uma paralisia cognoscente. É necessária uma permanente práxis para que seja possível superar as convenções – o "poder dos mitos" (Freire, 2008; 2009a) – que alienam e que mantêm o *status quo*, a estrutura dominante.

> Uma das grandes, se não a maior, tragédia do homem moderno, está em que é hoje dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez, sem o saber, à sua capacidade de decidir. As tarefas de seu tempo não são captadas pelo homem simples, mas a ele apresentadas por uma "elite" que as interpreta e lhas entrega em forma de receita, de prescrição a ser seguida. E quando julga que se salva seguindo as prescrições, afoga-se no anonimato nivelador da massificação, sem esperança e sem fé, domesticado e acomodado: já não é sujeito. Rebaixa-se a puro objeto. Coisifica-se (Freire, 2009a, p. 51-52).

E é nessa direção que se deve aprofundar o conhecimento em relação ao sistema agroalimentar dominante, de modo a superar as "prescrições alheias" (Freire, 2010), que provocam uma desconexão entre quem produz e quem consome alimentos, bem como a sociedade da natureza. Prescrições que, por serem descontextualizadas e tomadas de empréstimo, não solucionam as complicações, por vezes, geradas pelo próprio sistema, uma vez que convencionam o pensar e o agir, provocando a manutenção coercitiva do estilo de pensamento.[16] Essa coerção de pensamento faz parte do processo de instauração, compartilhamento e extensão do próprio estilo de pensamento, de modo que seja possível "doutrinar" para que se enxergue a realidade, conforme "disposição para um sentir e agir de acordo com um estilo, isto é, um sentir e agir direcionados e restritos" (Fleck, 2010, p. 133).

Nesse sentido, faz-se cada vez mais necessário que a sociedade, percebendo-se objeto, assuma-se na sua condição de sujeito, protagonista da própria história e da transformação social. Quanto mais o indivíduo "refletir sobre sua realidade, sobre sua situação concreta, mais emerge, plenamente consciente, comprometido, pronto a intervir na realidade para mudá-la" (Freire, 2008, p. 39).

É na tomada de consciência, alicerçada pela intersubjetividade, que pode ocorrer o aclaramento das situações de opressão e de manipulação, em que são percebidas e problematizadas as prescrições disfarçadas de "segurança", "saúde", "qualidade" e "bem-estar".

Um exemplo dessa prescrição alheia, que precisa ser problematizada, refere-se ao entendimento do termo "qualidade", em especial quando atrelado à promoção de uma alimentação adequada e saudável. É importante questionar como esse conceito foi definido, por quem foi definido, para quê, para quem e com qual intenção. O olhar para essa qualidade, direcionado a partir do sistema agroalimentar dominante, tem provocado a exclusão de famílias agricultoras do processo de comercialização, em especial quando se trata do mercado institucional. Essa exclusão está pautada na forma como o termo qualidade vem sendo compreendido e reproduzido, sem que haja uma necessária problematização em relação à contextualização da realidade do sistema de produção, bem como da aplicabilidade desse conceito quando se pretende promover soberania e segurança alimentar e nutricional.

É importante compreender que a imposição de um controle de qualidade consolidado a partir de um padrão alimentar dependente das (agro)indústrias (alimentícias) visa à garantia de uma produção de alimentos livre de contaminantes (Maluf, 2009), em razão da larga escala de produção, sujeita a riscos no processo.

16. Estilo de pensamento entendido como "percepção direcionada em conjunção com o processamento correspondente no plano mental e objetivo (...) marcado por características comuns dos problemas, que interessam a um coletivo de pensamento; dos julgamentos, que considera como evidentes e dos métodos, que aplica como meios do conhecimento" (Fleck, 2010, p. 149). Sendo coletivo de pensamento "comunidade das pessoas que trocam pensamentos ou se encontram numa situação de influência recíproca de pensamentos" (Fleck, 2010, p. 82).

Essa vinculação do termo qualidade ao processamento industrial é histórica e está relacionada às questões comerciais e econômicas que se baseiam na prevenção de doenças e contaminações, a partir de um rigoroso controle higiênico e sanitário da cadeia produtiva e do consumo de alimentos (Prezotto, 2002).

Essa visão de alimento relacionado à doença está presente desde o período colonial, quando o controle da cadeia produtiva e da saúde populacional estava engendrado pelo pensamento sanitarista (Bertolozzi e Greco, 1996), sendo reforçada, posteriormente, com o advento da bacteriologia e da microbiologia. Atualmente, sob a influência do *Codex alimentarius* internacional, o controle da produção de alimentos e as exigências para registro de produtos alimentícios destinados ao consumo humano aumentaram, com a alegação de promoção e proteção da saúde da população, independentemente dos modos e do volume de produção de alimentos e produtos, bem como dos impactos sociais, culturais, ambientais e éticos que tais medidas podem produzir.

Na direção da produção agroecológica, Prezotto (2002) apresenta um conceito de qualidade mais afinado com a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional ao trazer para o debate a existência de determinantes sociais que afetam o modo como as pessoas se alimentam, os meios pelos quais acessam os alimentos e quais alimentos acessam, não restringindo a discussão à prevenção de doenças, nem à contaminação desses alimentos. Essa problematização abre possibilidades para re-admirar, de forma crítica e totalizada, o objeto cognoscível. E, por isso, concretiza-se em uma esperança, que não é espera, mas mobilização e ação (Freire, 2009b; 2011).

É nesse sentido que se faz necessário impregnar a agroecologia com uma esperança utópica, capaz de mobilizar sujeitos com o intuito de possibilitar emersões, no sentido da re-admiração da ad-miração anterior, promovendo tomada de consciência e ações em direção à concretização de uma produção e um consumo de alimentos saudáveis que promovam o *bem* e o *bom comer*: Conforme Freire (2008, p. 32), "o utópico não é o irrealizável; a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante. Por esta razão a utopia é também um compromisso histórico".

6 DAS ESTRATÉGIAS EM CURSO: AGROECOLOGIA, ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO CAMINHANDO JUNTAS

Os fundamentos da agroecologia vêm consolidando a noção de sustentabilidade presente na compreensão de SSAN, definição esta em permanente construção no Brasil. Da mesma forma, a agroecologia também sustenta outros argumentos que incorporam as dimensões social, econômica, ética, ambiental e cultural, que, por

sua vez, devem ser consideradas na definição de um modelo de produção e consumo alimentar. Nesse sentido, Bezerra (2010; 2016) reafirma a necessidade de pensar a produção e o consumo de alimentos sob a perspectiva da agroecologia enquanto projeto político, ao priorizar como princípio a saúde do ambiente e da população – seja de quem produz, seja de quem consome os alimentos, considerando-se a concepção do que vem a ser direito humano à alimentação adequada.

A condição primeira a ser discutida, que traz as dimensões agroecologia-alimentação-nutrição caminhando juntas, gira em torno das estratégias que viabilizam a opção de acesso ao mercado por parte das famílias agricultoras agroecológicas, em específico o mercado do tipo "institucional".

A expressão "mercado institucional" é utilizada em referência ao Estado como ator partícipe dos processos tanto de trocas econômicas quanto de interação social, considerando, sobremaneira, a dinâmica de aquisição – nesse caso, de alimentos – pelo setor público (Bezerra, 2010). A exemplo dessas iniciativas, pode ser citado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003 e cujos resultados positivos[17] culminaram em alterações na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), resultando, assim, na chamada "nova lei da alimentação escolar" (Lei nº 11.947/2009). Para Rigon e Bezerra (2014, p. 436),

> a experiência do PAA constituiu um processo pedagógico, tanto para a gestão pública, que passou a realizar as compras institucionais mediante processos diferenciados de aquisição, como para determinados segmentos da agricultura familiar, que passaram a comercializar seu excedente de produção. Com base nessa experiência, o Pnae iniciou também o processo das compras institucionais com vistas ao abastecimento de suas escolas públicas.

Sobre essa possibilidade, vale ressaltar alguns estudos que vêm sendo realizados – no Brasil e na América Latina – que versam sobre os desafios e as perspectivas da inserção de alimentos agroecológicos no contexto das políticas públicas (Bezerra, 2010; Bezerra e Schneider, 2012; Santos, Bezerra e Anjos, 2015; Perez-Cassarino, Bezerra e Costa e Silva, 2016). Para ilustrar essa informação, uma pesquisa realizada por Santos, Bezerra e Anjos (2015) constatou que, de 2012 para 2013, a quantidade de alimentos agroecológicos adquiridos para o abastecimento da alimentação escolar da rede estadual paranaense quase quadruplicou.

Da mesma forma, em documento sobre experiências de fortalecimento da agroecologia sistematizado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a abertura dos mercados institucionais para absorção dos alimentos agroecológicos se configurou como uma inovação transformadora (Rigon *et al.*, 2010). Tais experiências apontaram significativos avanços no sentido da intersetorialidade necessária

17. Demonstrados em estudos e análises de autoras e autores como Rigon e Bezerra (2014); Bezerra (2010); Bezerra e Schneider (2012); Santos, Bezerra e Anjos (2015); e Perez-Cassarino, Bezerra e Costa e Silva (2016).

para que as ações de SSAN fossem efetivas, considerando sobremaneira a capacidade mobilizadora dos distintos segmentos (quem produz e quem consome). Segundo essa referência, o processo de repasse de alimentos a instituições como hospitais e escolas, viabilizado pelo PAA – modalidade doação simultânea –, proporcionou uma ampliação de categorias de consumidores de alimentos agroecológicos, uma vez que se possibilitou o acesso a alimentos cuja qualidade é diferenciada, sobretudo para os grupos mais vulneráveis às situações de insegurança alimentar.

Rigon *et al*. (2010) destacam ainda a potencialidade da alimentação escolar – mediante o Pnae – como um espaço fértil para a absorção dos alimentos agroecológicos e, a partir dessa inserção, para disparar processos coletivos de debates sobre questões ambientais, promoção de práticas alimentares saudáveis e sobre como o modelo dominante (de produção e consumo de alimentos) alija a sociedade da sua capacidade de agir-reagir. Desse modo, a inserção desses (e de outros) temas nos projetos político-pedagógicos das escolas poderia ser trabalhada e desenvolvida transversalmente, possibilitando, assim, um avanço considerável da qualidade de formação de crianças e jovens, predispondo-as a desenvolver senso crítico sobre o ato de comer (Rigon *et al*., 2010).

É imperativo considerar que tanto a Pnapo quanto o Planapo são capazes de viabilizar a consecução do DHAA sob as dimensões produção-consumo-vida. No entanto, conforme citam Bezerra e Isaguirre (2013, p. 3),

> a institucionalização da agroecologia é apenas mais um passo para tornar o DHAA realizável no espaço nacional. Um dos seus principais desafios será o de garantir as bases multidimensionais enquanto uma técnica, uma ciência e, especialmente, uma política de resistência dos agricultores ao domínio da agricultura convencional.

As autoras citam também que, quando se trata da intervenção do Estado para materializar o DHAA – com toda a complexidade que lhe é atribuída –, é fundamental que se considerem "as diversas e distintas arenas de disputas, que, por sua vez, determinam posições de poder que incidem na formulação e implementação das políticas públicas" (Bezerra e Isaguirre, 2013, p. 4), tais como o PAA e o Pnae.

Ainda, para evidenciar outros desafios diante desse "caminhando junto", no que diz respeito à agroecologia-alimentação-nutrição, convém ressaltar que, na esfera pública (e aqui se consideram as estratégias de aquisição de alimentos agroecológicos), os arranjos institucionais – citando Bastos (2006) – são responsáveis por potencializar ou minimizar os processos de aquisição (e consumo), já alguns tipos de arranjos institucionais se conformam mediante uma condição fragmentada. Para esse autor, a execução – criação, implantação e implementação – das políticas públicas, ao considerar a necessidade de vários componentes, configura-se como um arranjo institucional, uma vez que,

> em geral, cada agente desse arranjo participa do processo na perspectiva da maximização de seus interesses, numa constante disputa interna por poder e recursos, o que poderia frustrar uma intervenção do tipo *design process*, num *script* de organização tradicional (*taken for granted*) (Bastos, 2006, p. 107).

Bastos (2006) afirma que a execução da política pública tem implicações sociais ao criar formas de resistência e cooperação. Desse modo, mudanças de procedimentos no transcorrer dos acontecimentos é que vão definir as escolhas possíveis, as oportunidades e as realizações, retroalimentando o processo.

Corroborando as reflexões de Perez-Cassarino, Bezerra e Costa e Silva (2016), de fato, as estratégias – a exemplo das políticas públicas – podem "ser capazes de estimular e articular práticas produtivas e, por consequência, práticas de consumo de alimentos ecológicos"; no entanto, é fundamental considerar que, para que tais movimentos reverberem de forma positiva e que resultem efetivamente em transformações sociais, há que ponderar as estreitas relações que tais políticas assumem ante as dimensões macroestruturais relacionadas à SSAN. Desse modo, no cenário nacional, evidencia-se a necessidade de uma articulação entre as estratégias que já existem de forma a potencializar os resultados, tais como a PNSAN e a implementação de um modelo de desenvolvimento que priorize a sustentabilidade, a diversidade e a manutenção da cultura alimentar – e aqui se consideram a Pnapo e o Planapo.

Goodman (2002, p. 272) traz uma importante contribuição a esse debate que faz referência à produção-consumo de alimentos sob a perspectiva da sociologia, quando afirma que "a produção e o consumo aparecem – em geral – como categorias autônomas, "purificadas", da vida social, *sites* apenas conectados esqueleticamente através do ato de compra". Contrapondo-se a essa constatação, Bezerra e Schneider (2012, p. 57) asseveram que

> as escolhas que uma sociedade enfrenta para organizar o sistema agroalimentar caminham juntas com as econômicas, ou seja, o que produzir, como produzir e para quem produzir. Porém, na perspectiva da SSAN estas escolhas precisam trazer consigo novos valores, sejam estes éticos, sociais, ambientais e culturais, que possam repercutir de maneira positiva na forma como tal sociedade se organiza e, sobretudo, no seu bem-estar social.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agroecologia, ao despertar processos que visam ao equilíbrio, à diversificação, à valorização de potências internas, à integração e à resiliência, faz emergir uma nova relação com o alimento, que se faz geradora de saúde em sentido ampliado de cuidado e dependência com a natureza. São outras possibilidades de manutenção da vida, mais duradouras e alicerçadas em referências locais. A agroecologia

e sua articulação com o conceito de *bem viver*, bem como seu desdobramento na alimentação, desafiam um pensar em *bem* e *bom comer* enquanto uma alimentação que comporte sentidos múltiplos do que é o saudável, sob uma perspectiva de continuidade e durabilidade das vidas no planeta.

Em que pesem os fatores que possam limitar a implementação das políticas públicas (como orçamento, recursos tecnológicos, formação técnica, entre outros), torna-se imperativo considerar a sua importância em contextos de crises globais como a alimentar, energética, financeira e – obviamente – climática. Ainda, faz-se necessário dar visibilidade ao que se tem em curso – como Sisan, PNSAN, Pnapo e Planapo – como possibilidade real de materializar a SSAN e o DHAA, atribuindo e reconhecendo suas funções estratégicas para a preservação das agrobiodiversidades, a conservação e o uso sustentável de solos, mares, mangues, rios e lagos, suas biotas e, considerando em maior escala, biomas.

Pode-se dizer, portanto, que existe uma necessidade de interação entre os vários sujeitos (individuais e coletivos) para viabilizar os processos de mudança almejados pelas perspectivas alimentares voltadas ao *bem* e *bom comer*, as quais se configuram como mecanismos e estratégias de resistência, os quais, por sua vez, vão se moldando ao longo do percurso.

Essas reflexões sugerem a necessidade de maiores investimentos sociais, financeiros, políticos e científicos com o intuito de se investigar com maior profundidade alguns achados e ideias aqui expostas, sobretudo no que diz respeito ao debate do desenvolvimento rural, como também o papel do Estado – mediante a criação e a implantação de políticas públicas – nas mudanças sociais necessárias à alimentação saudável em seu sentido ampliado. Finalmente, é primordial que a sociedade civil organizada e a academia avancem na proposição de novas estratégias fortalecedoras da agroecologia enquanto ciência-prática-movimento.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. I. Agroecología y soberanía alimentaria en América Latina. *In*: BEZERRA, I.; PEREZ-CASSARINO, J. **Soberania alimentar (Sobal) e segurança alimentar e nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**. Curitiba: Editora da UFPR, 2016. p. 93-108.

ANJOS, M. C. R. **Fronteiras na construção e socialização do conhecimento científico e tecnológico**: um olhar para a extensão universitária. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2014.

ARNÁIZ, M. G. Comer bien, comer mal: la medicalización del comportamiento alimentario. **Salud Pública de México**, Cuernavaca, v. 49, n. 3, p. 236-242, 2007. Disponível em: <https://goo.gl/QEQYV6>.

BARBER, B. R. **Consumido**: como o mercado corrompe crianças, infantiliza adultos e engole cidadãos. Rio de Janeiro: Record, 2009.

BASTOS, F. Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar. São Paulo: Polis; Campinas: Centro de Estudos Rurais do IFCH-Unicamp, 2006.

BERTOLOZZI, M. R.; GRECO, R. M. As políticas de saúde no Brasil: reconstrução histórica e perspectivas atuais. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 30, n. 3, p. 380-398, dez. 1996.

BEZERRA, I. **Nesta terra, em se plantando tudo dá?** Política de soberania e segurança alimentar e nutricional no meio rural paranaense: o caso do PAA. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

_____. Agroecologia no prato, saúde no corpo (e no meio ambiente): a luta diária pela soberania alimentar. *In*: JORNADA DE AGROECOLOGIA – CUIDANDO DA TERRA. CULTIVANDO A BIODIVERSIDADE. COLHENDO SOBERANIA ALIMENTAR. TERRA LIVRE DE TRANSGÊNICOS E AGROTÓXICOS. CONSTRUINDO UM PROJETO POPULAR E SOBERANO PARA A AGRICULTURA, 15., 2016, Londrina, Paraná. **Anais**... Londrina: [s.n.], 2016.

BEZERRA, I.; SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: o papel das políticas públicas na relação entre o plantar e o comer. **Revista Faz Ciência**, v. 15, n. 20, jan./jun. 2012.

BEZERRA, I.; ISAGUIRRE, K. Direito humano à alimentação adequada (DHAA) e agroecologia: desafios e perspectivas teórico-práticos. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA – CUIDANDO DA SAÚDE DO PLANETA, 8., 2013, Porto Alegre. **Anais**... Porto Alegre: ABA, 2013.

BOURDIEU, P. Gostos de classe e estilos de vida. *In*: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p. 82-121.

BRANDEMBURG, A.; BEZERRA, I.; GIORDANI, R. C. F. Soberania alimentar, desenvolvimento territorial e sustentabilidade: olhares e contextos. **Guaju** – Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável, Matinhos-PR, v. 2, n. 1, p. 2-13, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/vkJPim>.

BREIH, J. Hacia una redefinición de la soberanía agraria: ¿Es possible la soberanía alimentaria sin cambio civilizatorio y bioseguridad? *In*: BEZERRA, I.; PEREZ-CASSARINO, J. **Soberania alimentar (Sobal) e segurança alimentar e nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**. Curitiba: Editora da UFPR, 2016. p. 55-68.

CARNEIRO, H. S. Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação. **História**: Questões e Debates, Curitiba, n. 42, p. 71-80, 2005.

CONSEA – CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Relatório da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: Consea, 2007.

DELGADO, F. *et al*. Das nossas ciências ao diálogo intercientífico para a sustentabilidade alimentar e o desenvolvimento sustentável. **Guaju** – Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável, Matinhos-PR, v. 2, n. 1, p. 120-161, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/E9SPZG>.

FLECK, L. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

FREIRE, P. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009a.

_____. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2009b.

_____. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 2010.

_____. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GIORDANI, R. C. F. ¿Producción de alimento o cultivares de la vida? Observaciones sobre la acción y la contemplación guaraní en sus cultivos agrícolas. **Demetra** – Food, Nutrition & Health, Rio de Janeiro, v. 10, n. 13, p. 637-648, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/a917t6>.

GIORDANI, R. C. F.; FIDELIS, L. M.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Comunidades tradicionales brasileñas y seguridad alimentaria y nutricional: articulaciones necesarias entre cultura y territorio. **Espacio Regional**, Osorno, v. 1, n. 13, jan./jun. p. 13-22, 2016.

GIRALDO, O. F.; ROSSET, P. M. La agroecología en una encrucijada: entre la institucionalidad y los movimientos sociales. **Guaju** – Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável, Matinhos-PR, v. 2, n. 1, p. 14-37, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/jB5FFg>.

GOMES JÚNIOR, N. N.; SALLES PINTO, H.; LEDA, L. C. Alimento e comida: sistema de abastecimento e consumo alimentar urbano. **Guaju** – Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável, Matinhos-PR, v. 2, n. 1, p. 61-76, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/ZEipNh>.

GOODMAN, D. Rethinking food production-consumption: integrative perspectives. **Sociologia Ruralis**, v. 42, n. 4, out. 2002.

GUATTARI, F. **Revoluções moleculares**: pulsações políticas do desejo. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GUDYNAS, E.; ACOSTA, A. El buen vivir o la disolución de la idea del progreso. *In*: ROJAS, M. (Ed.). **La medición del progreso y el bienestar**. Propuestas desde América Latina. México: Foro Consultivo Científico y Tecnológico de México, 2011. p. 103-110. Disponível em: <https://goo.gl/ZqnGKu>.

LÉVI-STRAUSS, C. **O cru e o cozido**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

LVC – LA VÍA CAMPESINA. Declaración Foro Internacional de Agroecología. **Via Campesina**, 12 mar. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/6syWMs>.

MACHADO, P. P.; OLIVEIRA, N. R. F.; MENDES, A. N. O indigesto sistema do alimento mercadoria. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 505-515, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/T1yF1e>.

MALUF, R. S. **Segurança alimentar e nutricional**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

MALUF, R. Posfácio. Soberania alimentar no continente das desigualdades. *In*: BEZERRA, I.; PEREZ-CASSARINO, J. **Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**. Curitiba: Editora UFPR, 2016. p. 55-68.

MARTINEZ-TORRES, M. E.; ROSSET, P. Soberanía alimentaria, agroecología y movimientos sociales rurales. *In*: BEZERRA, I.; PEREZ-CASSARINO, J. **Soberania alimentar (Sobal) e segurança alimentar e nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**. Curitiba: Editora da UFPR, 2016. p. 55-68.

MONTEIRO, C. A. *et al*. The food system. Ultra-processing. The big issue for nutrition, disease, health, well-being. **Journal of the World Public Health Nutrition Association**, Londres, v. 3, n. 12, p. 527-569, dez. 2012.

MONTEIRO, C. A. *et al*. Ultra-processed products are becoming dominant in the global food system. **Obesity Review**, Londres, v. 14, n. 2, p. 21-28, nov. 2013. Disponível em: <https://goo.gl/ji2g9N>.

PEDRAZA, D. F. Disponibilidad de alimentos como factor determinante de la seguridad alimentaria y nutricional y sus representaciones en Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 18, n. 1, fev. 2005. Disponível em: <https://goo.gl/xLcHQb>.

PEREZ-CASSARINO, J.; BEZERRA, I.; COSTA E SILVA, L. Alimentos ecológicos no Programa Nacional de Alimentação Escolar: um caminho para a promoção do direito humano à alimentação adequada (DHAA). *In*: TEO, C. R. P. A.; TRICHES, R. M. **Alimentação escolar**: construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento. Chapecó: Argos/Unichapecó, 2016.

PREZOTTO, L. L. Qualidade ampla: referência para a pequena agroindústria rural inserida numa proposta de desenvolvimento regional descentralizado. *In*: LIMA, D. M. A.; WILKINSON, J. (Orgs.). **Inovações nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq, 2002. p. 285-300.

RIGON, S. A. *et al*. **Soberania e segurança alimentar na construção da agroecologia**: sistematização de experiências. 1. ed. Rio de Janeiro: Fase, 2010.

RIGON, S. A.; BEZERRA, I. Segurança alimentar e nutricional, agricultura familiar e compras institucionais: desafios e potencialidades. **Revista Demetra**: Alimentação, Nutrição e Saúde, v. 9, n. 2, p. 435-443, 2014.

RITZER, G. **La McDonalización de la sociedad**: un análisis de la racionalización en la vida cotidiana. Barcelona: Editorial Ariel S.A., 1996.

SANTOS, A.; BEZERRA, I.; ANJOS, M. C. R. O caminho da agroecologia do campo à escola: enfoque das chamadas públicas da alimentação escolar no Paraná. **Cadernos de Agroecologia**, v. 10, n. 3, 2015.

SOUSA SANTOS, B. (Org.). A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002a.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Lisboa, v. 63, p. 237-280, 2002b. Disponível em: <https://goo.gl/wKmv2c>.

_____. **Semear outras soluções**. Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos locais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

VALENCIA, O. Q. Biopolitica, subjetividad y economia. Vida y regulación de la desregulación. *In*: VALENCIA, O. Q.; TOBAR, J. **Biopolítica y filosofías de vida**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2006. p. 19-40. Disponível em: <https://goo.gl/jj3fT9>.

VALENCIA, O. Q.; TOBAR, J. Introducción: Bio/ecocapitalismo y reinvención de la emancipación social. *In*: VALENCIA, O. Q.; TOBAR, J. **Biopolítica y filosofías de vida**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2006. p. 8-15. Disponível em: <https://goo.gl/KSm2iV>.

VANHULST, J.; BELLING, A. E. Buen vivir: la irrupción de América Latina en el campo gravitacional del desarrollo sostenible. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, Morelia, v. 21, p. 1-14, 2013. Disponível em: <https://goo.gl/CenqJP>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SOUSA SANTOS, B. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Record, 2002.